



CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 455/2017

TÉCNICO / COMUNICAÇÃO - ACESSIBILIDADE

## PROVA OBJETIVA

### Leia com atenção as Instruções

1. Você recebeu do fiscal um **cartão de respostas da prova objetiva** e este **caderno de questões** que contém **60 (sessenta) questões objetivas**.
2. É sua responsabilidade verificar se o nome do cargo informado neste **caderno de questões** corresponde ao nome do cargo informado em seu **cartão de respostas**.
3. Você dispõe de **4 (quatro) horas** para realizar a prova, incluindo o preenchimento do **cartão de respostas**.
4. Somente depois de decorrida uma hora do início da prova, o candidato poderá retirar-se da sala de prova em caráter definitivo, obrigatoriamente entregando ao fiscal de sala todo o material de prova recebido.
5. Somente será permitido ao candidato levar seu **caderno de questões** quando faltar uma hora para o término do tempo estabelecido para a prova.
6. É terminantemente vedado copiar respostas, em qualquer fase do concurso público.
7. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão ser liberados juntos.
8. Se você precisar de algum esclarecimento, consulte o fiscal.

#### Somente após autorização para o início da prova:

1. Verifique, neste **caderno de questões**, se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
2. Verifique, no **cartão de respostas**, se existem espaços suficientes para a marcação das respostas de todas as **questões objetivas** existentes neste caderno de questões.
3. Transcreva a frase abaixo, utilizando letra cursiva, no espaço reservado no seu **cartão de respostas**.

"O impossível não é um fato: é uma opinião." *Mario Sergio Cortella*

#### Cronograma Previsto - Prova Objetiva

Atividade	Início	Término
Publicação das Provas Objetivas - Internet	05/02/2018	
Publicação dos gabaritos preliminares das Provas Objetivas - Internet		
Interposição de Recurso contra os gabaritos preliminares das Provas Objetivas - Internet	06/02/2018	08/02/2018

Consulte o cronograma completo em <http://concursos.pr4.ufrj.br>



## LINGUA PORTUGUESA

## TEXTO 1

## AS CARAVANAS

Chico Buarque | 2017

É um dia de real grandeza, tudo azul  
Um mar turqueza à la Istambul enchendo os olhos  
Um sol de torrar os miolos  
Quando pinta em Copacabana

A caravana do Arará<sup>1</sup> — do Caxangá, da Chatuba  
A caravana do Irajá, o comboio da Penha  
Não há barreira que retenha esses estranhos  
Suburbanos tipo muçulmanos do Jacarezinho  
A caminho do Jardim de Alá — é o bicho,  
é o buchicho é a charanga

Diz que malocam seus facões e adagas  
Em sungas estufadas e calções disformes  
Diz que eles têm picas enormes  
E seus sacos são granadas  
Lá das quebradas da Maré

Com negros torsos nus deixam em polvorosa  
A gente ordeira e virtuosa que apela  
Pra polícia despachar de volta  
O populacho pra favela  
Ou pra Benguela, ou pra Guiné

Sol, a culpa deve ser do sol  
Que bate na moleira, o sol  
Que estoura as veias, o suor  
Que embaça os olhos e a razão

E essa zoeira dentro da prisão  
Crioulos empilhados no porão  
De caravelas no alto mar  
Tem que bater, tem que matar, engrossa a gritaria

Filha do medo, a raiva é mãe da covardia  
Ou doído sou eu que escuto vozes  
Não há gente tão insana  
Nem caravana do Arará

1 Parque Arará é uma comunidade popular localizada no bairro carioca de Benfica.

1. Conforme a perspectiva do eu poético de *As Caravanas*, o verso “Não há barreira que retenha esses estranhos” expressa:

- A) o medo normal que a classe média da zona sul do Rio tem dos suburbanos negros e pobres.
- B) o sentimento preconceituoso e segregacionista de elites dominantes a respeito da periferia urbana e social.
- C) a justa preocupação do cidadão comum e esclarecido com a onda de violência crescente na cidade.
- D) o estranhamento natural que a superlotação das praias cariocas nos fins de semana provoca nos moradores e turistas que circulam na orla.
- E) a frustração dos moradores da zona sul com o fracasso das tentativas de conter os suburbanos na periferia.

2. Assinale a alternativa com a frase que pode ser considerada uma síntese do que expressa essa bela letra de Chico Buarque.

- A) “Quão maravilhosas são as pessoas que não conhecemos bem.” — *Millôr Fernandes (1923-2012)*.
- B) “Um homem não pode montar nas suas costas, a não ser que elas se inclinem.” — *Martin Luther King (1929-1968)*.
- C) “Aqueles que vivem em casas de vidro não deveriam atirar pedras.” — *Geoffrey Chaucer (1343-1400)*.
- D) “Se queres ser universal, começa por pintar a tua aldeia.” — *Leon Tolstói (1828-1910)*.
- E) “Consciência é como a vesícula: a gente só se preocupa com ela quando dói.” — *Sérgio Porto, Stanislaw Ponte Preta, (1923-1968)*.

3. Leia atentamente os versos a seguir:

Sol, a culpa deve ser do sol  
Que bate na moleira, o sol  
Que estoura as veias, o suor  
Que embaça os olhos e a razão

Considerando a perspectiva do autor-poeta-compositor e a totalidade da letra de *As Caravanas*, pode-se afirmar que, nesses versos, Chico Buarque faz referência:

- A) ao excesso de luz solar e de altas temperaturas que, naturalmente, atraem a população para as praias, em busca do frescor do mar.
- B) ao velho preconceito que caracterizava o olhar colonial europeu sobre a vida nos trópicos ensolarados, que influenciou nossas elites e sua sociologia mais conservadora.
- C) ao fato de que nos meses de verão, com altas temperaturas e sol intenso, naturalmente, a população carioca tende a ficar mais tensa e intolerante.
- D) ao fato de que, espremidos nos ônibus superlotados que os conduzem dos subúrbios distantes até as praias, os suburbanos, tomados pela raiva, podem se tornar violentos.
- E) ao crescimento dos conflitos e confrontos raciais explícitos que vêm provocando, anualmente, os arrastões nas praias cariocas, diante da impotência da repressão policial.

4. Considere o trecho a seguir:

Ou doído sou eu que escuto vozes  
Não há gente tão insana  
Nem caravana do Arará

Nesses versos finais da canção *As Caravanas*, o admirado compositor popular:

- A) põe em dúvida sua própria visão sobre os fundamentos dos desequilíbrios sociais da cidade.
- B) considera insanos tanto os suburbanos que entopem as praias cariocas no verão quanto aqueles que os odeiam e os repelem.
- C) reafirma, ironicamente, sua crítica ao caráter doentio do preconceito e das desigualdades sociais.
- D) destaca o sanatório geral em que se transforma a cidade nos meses escaldantes do verão.
- E) retoma a ideia que expressou nos versos “*Que estoura as veias, o suor/ Que embaça os olhos e a razão*”.

## TEXTO 2

Nestes tempos de imposturas, de impostores, imprecisões, impolidez, impudência, imprevisão; as semelhanças e diferenças semântico-linguísticas ensinadas por Sérgio Rodrigues em “*Viva a Língua Brasileira!*” valem nossa reflexão.

**“IMPOSTOS E IMPOSTORES**

Já parou pra pensar na semelhança entre as palavras *imposto* (tributo) e *impostor* (farsante)? Seria gratuita, casual? Não. As duas vieram do verbo latino *imponere*, isto é, ‘impor, sobrepor, aplicar, encarregar de, obrigar a’, mas também ‘ludibriar, iludir’. Imposto é aquilo que se impõe de forma legítima, um dever. Impostor é aquele que impõe algo aos outros sem ter o direito de fazê-lo, passando-se pelo que não é. Parentes próximos, os dois vocábulos desembarcaram em português na mesma época, no século XVII, trazendo na bagagem o estranhamento semântico cultivado desde o latim: o primeiro tinha ares solenes e respeitáveis, enquanto o segundo sempre arrastou pelos cantos sua sombra escura como sinônimo de ‘enganador, estelionatário’.

5. Em relação à origem das palavras “impostos” e “impostores”, assinale a alternativa com a afirmação correta:
- na origem, um único vocábulo guardava uma multiplicidade de sentidos, dos quais, no tempo, surgiram as duas palavras em questão.
  - conforme demonstra sua origem, as duas palavras ora eram sinônimas ora eram antônimas.
  - a expressão “parentes próximos” refere-se ao fato de que os dois vocábulos surgiram no português no século XVII.
  - desde sua origem, as duas palavras expressavam semelhanças e diferenças.
  - conforme demonstra sua origem, as duas palavras sempre foram antônimas.

**TEXTO 3**

Carolina Maria de Jesus

“[...] em 1948, quando começaram a demolir as casas térreas para construir os edifícios, nós, os pobres que residíamos nas habitações coletivas, fomos despejados e ficamos residindo debaixo das pontes. É por isso que eu denomino que a favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres, somos os trastes velhos. [...]” “[...] Eu classifico São Paulo assim: o Palácio é a sala de visita, a Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o seu jardim. A favela é o quintal onde jogam os lixos. [...]” “Quando estou na cidade, tenho a impressão que estou na sala de visita, com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludo, almofadas de cetim. E quando estou na favela, tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo.” “[...] nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerada marginal. Não mais se vê os corvos voando às margens dos rios, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos.” “Os políticos sabem que eu sou poetisa. E que o poeta enfrenta a morte quando vê o seu povo oprimido.” “O Brasil devia ser dirigido por quem passou fome.” “Não digam que fui rebotinho, que vivi à margem da vida. Digam que eu procurava trabalho, mas fui sempre preterida. Digam ao povo brasileiro que

meu sonho era ser escritora, mas eu não tinha dinheiro para pagar uma editora.”

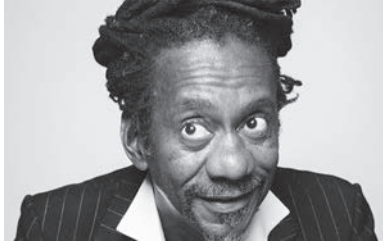
(trechos extraídos do livro *Quarto de despejo – diário de uma favelada*, 1960, de CAROLINA MARIA DE JESUS).

A primeira edição saiu com 30 mil exemplares. A obra foi reimpressa sete vezes em 1960. No total, vendeu 80 mil exemplares. “Quarto de Despejo” foi traduzido para 14 línguas em 20 países. Carolina de Jesus lançou mais três livros: “Casa de Alvenaria”, “Pedacos de Fome” e “Provérbios”. Postumamente, em 1982, foi lançado na França, “Diário de Bitita”, que chegou ao Brasil pela Nova Fronteira em 1986.

6. Considerando o conjunto das informações dadas; em relação ao trecho “Os políticos sabem que eu sou poetisa. E que o poeta enfrenta a morte quando vê o seu povo oprimido.”, é correto afirmar que a escritora:
- teme por sua vida, em razão das críticas que faz aos políticos; faz referência aos poetas assassinados por políticos por terem enfrentado a opressão.
  - adverte os políticos, frisa sua condição feminina, ressalta a coragem dos poetas e sua ilimitada determinação de lutar contra a opressão, sobretudo a de seus semelhantes sociais.
  - destaca sua condição de poeta, denuncia as ameaças de morte recebidas dos políticos, ressalta seu compromisso nacionalista com a liberdade do povo brasileiro.
  - relativiza a crítica social que faz em sua obra, ao chamar a atenção dos políticos para o fato de que é poetisa e de que os poetas se aventuram sem limites.
  - chama atenção, prioritariamente, para a força social dos poetas e para seu compromisso poético com a luta contra todas as formas de opressão humana.
7. “Quarto de despejo”, conforme indicado no título da obra da escritora Carolina Maria de Jesus, é constituído de relatos reunidos em um diário. A partir da leitura atenta dos fragmentos agrupados no texto 3, assinale a alternativa que indica uma característica do gênero textual “Diário” presente nos trechos dados.
- Predominância da dissertação argumentativa.
  - Uso intensivo de verbos no gerúndio.
  - Diálogos com interlocutores identificados.
  - Narrativa autorreflexiva.
  - Recorrência de rimas.
8. Sobre o termo em destaque na frase “Os homens desempregados **substituíram** os corvos”, pode-se afirmar que se trata de verbo:
- intransitivo.
  - de ligação.
  - transitivo indireto.
  - auxiliar.
  - transitivo direto.
9. Leia o trecho a seguir:
- “Digam ao povo brasileiro que meu sonho era ser escritora, **mas** eu não tinha dinheiro para pagar uma editora.”
- Se quisermos manter a coesão e a coerência textuais do período acima, **NAO** podemos substituir a palavra em destaque por:
- entretanto.
  - porém.
  - contudo.
  - porque.
  - todavia.

**TEXTO 4**

Fonte: UOL Música



Luiz Melodia

Tente passar pelo que estou passando  
 Tente apagar este teu novo engano  
**Tente me amar, pois estou te amando**  
**Baby, te amo, nem sei se te amo**

Tente usar a roupa que estou usando  
 Tente esquecer em que ano estamos  
 Arranje algum sangue, escreva num pano  
**Pérola Negra, te amo, te amo**

*Pérola Negra*, Luiz Melodia, 1973.

10. Nos versos destacados em negrito, na letra da bela canção de Luiz Melodia; as vírgulas são empregadas, respectivamente, para separar:
- A) uma oração coordenada sindética; o vocativo; elementos da mesma função sintática; o vocativo; expressão repetida.
  - B) uma oração coordenada assindética; o aposto; termos que vêm em ordem inversa; o predicativo deslocado; uma expressão conclusiva.
  - C) uma oração subordinada; o predicativo deslocado; uma expressão de retificação; o aposto; um termo antecipado e repetido por pronome enfático.
  - D) uma oração coordenada sindética; o predicativo deslocado; uma expressão concessiva; o vocativo; uma expressão de retificação.
  - E) uma oração subordinada; o vocativo; uma expressão conclusiva; o predicativo deslocado; expressão repetida.

**TEXTO 5**

Fonte: Portal Vermelho



“IV – Desastrosas conseqüências de um requerimento (...)”

‘Policarpo Quaresma, cidadão brasileiro, funcionário público, certo de que a língua portuguesa é emprestada ao Brasil; certo também de que, por esse fato, o falar e o escrever em geral, sobretudo no campo das letras, se vêem na humilhante contingência de sofrer continuamente censuras ásperas dos proprietários da língua; sabendo, além, que, dentro do nosso país, os autores e os escritores, com especialidade os gramáticos, não se entendem no tocante à correção gramatical, vendo-se, diariamente, surgir azedas polêmicas entre os mais profundos estudiosos do nosso idioma — usando do direito que lhe confere a Constituição, vem pedir que o

Congresso Nacional decrete o tupi-guarani, como língua oficial e nacional do povo brasileiro.

O suplicante, deixando de parte os argumentos históricos que militam em favor de sua idéia, pede vênha para lembrar que a língua é a mais alta manifestação da inteligência de um povo, é a sua criação mais viva e original; e, portanto, a emancipação política do país requer como complemento e consequência a sua emancipação idiomática. (...)”

LIMA BARRETO (1881 – 1922).  
 O triste fim de Policarpo Quaresma

11. O pedido eloquente de Policarpo Quaresma expressa, principalmente, a oposição:
- A) esperteza x ingenuidade.
  - B) libertação x dependência.
  - C) loucura x razão.
  - D) arcaico x moderno.
  - E) atraso x progresso.
12. Observe, adiante, as palavras em destaque na frase que encerra o trecho citado do romance de Lima Barreto: “(...) e, **portanto**, a **emancipação** política do país **requer** como complemento e consequência a **sua** emancipação **idiomática**. (...)”. Quanto à classe gramatical, os termos em destaque são respectivamente:
- A) conjunção conclusiva, substantivo abstrato, verbo, conjunção aditiva, pronome possessivo, adjetivo.
  - B) conjunção explicativa, adjetivo, verbo, preposição, pronome oblíquo, adjetivo.
  - C) preposição, substantivo abstrato, verbo, preposição, pronome relativo, substantivo.
  - D) conjunção adversativa, substantivo concreto, verbo, artigo, pronome possessivo, adjetivo.
  - E) conjunção aditiva, substantivo concreto, verbo, conjunção adversativa, pronome possessivo, adjetivo.

**TEXTO 6**

FONTE: Chico César. Divulgação



Chico César

Mama África, / a minha mãe é mãe solteira / e tem que fazer / mamadeira todo dia / além de trabalhar / como empacotadeira / nas Casas Bahia / (...) /

Mama África tem tanto o que fazer / além de cuidar neném / além de fazer denguem / filhinho tem que entender / mama África vai e vem / mas não se afasta de você / (...) /

Quando mama sai de casa / seus filhos se olundzam / rola o maior jazz / mama tem calo nos pés / mama precisa de paz / mama não quer brincar mais / filhinho dá um tempo / é tanto contratempo / no ritmo de vida / de mama /

Deve ser legal / ser negão no Senegal / deve ser legal / ser negão no Senegal / deve ser legal / ser negão no Senegal / Mama África / a minha mãe / a minha mãe

Mama África, Chico César (1995).

13. A bela eufonia obtida nos versos finais da canção *Mama África* – “Deve ser legal / ser negão no Senegal” – equivale, em valor poético e estético, ao seu significado profundo. Assinale a alternativa com a afirmação correta a esse respeito.
- A) O Senegal é um país localizado no extremo ocidental do continente africano, o que torna o seu território o local onde se localiza o ponto mais próximo das três Américas, razão pela qual o autor, brasileiro, o escolheu para o seu elogio.
- B) Dos países que integram o continente africano, o Senegal é o único cujo nome permite o recurso explorado pelo autor e mencionado no enunciado, única razão pela qual foi citado por Chico César.
- C) Num país africano de maioria negra, como o Senegal, os negros – a salvo do racismo, explícito ou velado, ocorrente em países de outros continentes – encontram melhores condições de inclusão, afirmação, proteção e desenvolvimento sociais.
- D) O uso da expressão “negão” é tolerado e natural no Senegal, ao contrário do que ocorre nos demais países que integram o continente africano.
- E) Dada a maior proximidade do Senegal com o território brasileiro, o tráfico negreiro da barbárie colonial sequestrou para o Brasil, maiormente, negros escravizados e trazidos daquela parte da África.
14. Ainda em relação aos versos finais da canção *Mama África* – “Deve ser legal / ser negão no Senegal” – destaca-se a forma inovadora e imprevista utilizada pelo compositor paraibano para elaborar e transmitir sua mensagem. Chico César faz o uso talentoso de combinações sonoras e rítmicas, que resultam num jogo envolvente de imagens e ideias. Por essa razão, é correto afirmar que a função da linguagem que predomina nesses versos é a função:
- A) metalinguística.
- B) conativa.
- C) referencial.
- D) poética.
- E) emotiva.

15. A expressão em destaque no verso “Quando mama sai de casa / seus filhos se **olodunzam**” é um neologismo criado pelo autor. Chico César tomou a palavra de origem yorubá “*olodum*” – que, no ritual religioso do candomblé, significa ‘Deus dos Deuses’ ou ‘Deus maior’ – e a recriou no português como:
- A) uma locução adjetiva.
- B) uma forma verbal.
- C) uma conjunção prepositiva.
- D) um pronome demonstrativo.
- E) um adjunto adverbial.

#### TEXTO 7

Leia atentamente o texto adiante. Trata-se da letra do samba *ANTONICO*, de Ismael Silva, gravado em 1950 por Alcides Gerardi. Conforme registra Ricardo Cravo Albim, em seu *Dicionário Cravo Albim da Música Popular*, o samba de Ismael foi “inspirado em uma carta de Pixinguinha para Mozart de Araújo na qual o maestro pedia ao amigo um emprego para um sambista em dificuldade.”

#### ANTONICO

Ô Antonico  
 Vou lhe pedir um favor  
 Que só depende da sua boa vontade  
 É necessário uma viração pro Nestor  
 Que está vivendo em grande dificuldade  
 Ele está mesmo dançando na corda bamba  
 Ele é aquele que na escola de samba  
 Toca cuíca, toca surdo e tamborim  
 Faça por ele como se fosse por mim

Até muamba já fizeram pro rapaz  
 Porque no samba ninguém faz o que ele faz  
 Mas hei de vê-lo bem feliz, se Deus quiser  
 E agradeço pelo que você fizer

16. Marque a alternativa que relaciona corretamente os termos da letra de Ismael Silva que retomam o nome *Antonico*, utilizados, assim, como recursos de coesão textual.
- A) *lhe*, *fosse*, *lo*, *você*, *fizer*.
- B) *pedir*, *boa vontade*, *fosse*, *você*.
- C) *Vou*, *sua*, *como se fosse*, *fizeram*, *você*, *fizer*.
- D) *pedir*, *depende*, *Faça*, *fosse*, *lo*, *você*.
- E) *lhe*, *sua*, *Faça*, *você*, *fizer*.
17. Marque a alternativa com o verso de *Antonico* em que aparece um pronome oblíquo em posição de ênclise.
- A) Ele está mesmo dançando na corda bamba.
- B) Vou lhe pedir um favor.
- C) Porque no samba ninguém faz o que ele faz.
- D) Mas hei de vê-lo bem feliz, se Deus quiser.
- E) E agradeço pelo que você fizer.

#### TEXTO 8

“Os decanos e diretores presentes à 102ª Reunião da Plenária de Decanos e Diretores da UFRJ reafirmam a defesa da plena gratuidade nos estabelecimentos oficiais, nos termos do Art. 206, IV, da Constituição Federal, um requisito para a democracia e o desenvolvimento nacional comprometido com o bem viver de todo o povo. A gratuidade é uma conquista republicana que assegura o direito de todos à educação e estabelece o dever do Estado no fomento da educação, cultura, ciência e tecnologia, tal como ocorre nos países que possuem elevada qualidade de vida.(...)”

Trecho inicial do documento “Futuro da universidade federal ameaçado, futuro da nação ameaçado: nota da Plenária de Decanos e Diretores da UFRJ”, de 31 de julho de 2017.

18. Em relação às expressões “requisito para” e “comprometido com”, constantes do fragmento da nota dos Decanos e Diretores, pode-se afirmar que os termos para e com são respectivamente:
- A) conjunções que expressam a regência dos substantivos aos quais estão ligadas.
- B) preposição e conjunção que constituem marcações de regência verbal.
- C) preposições que expressam a regência do substantivo “requisito”, no primeiro caso, e do adjetivo “comprometido”, no segundo.
- D) preposição que expressa a regência do substantivo “requisito”, no primeiro caso; e conjunção que expressa a regência da forma verbal “comprometido”, no segundo caso.
- E) conjunções que expressam a regência dos adjetivos aos quais estão ligadas.

TEXTO 9



Milton Santos

“(…) De fato, se desejamos escapar à crença de que esse mundo assim apresentado é verdadeiro, e não queremos admitir a permanência de sua percepção enganosa, devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só. O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal com ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização. (...) Considerando o que atualmente se verifica no plano empírico, podemos, em primeiro lugar, reconhecer um certo número de fatos novos indicativos da emergência de uma nova história. O primeiro desses fenômenos é a enorme mistura de povos, raças, culturas, gostos, em todos os continentes. A isso se acrescenta, graças aos progressos da informação, a ‘mistura’ de filosofias, em detrimento do racionalismo europeu. (...) Trata-se da existência de uma verdadeira sociodiversidade”, historicamente muito mais significativa que a própria biodiversidade. (...)”

Fragmento de Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal, 2015, de MILTON SANTOS (3 de maio de 1926, Brotas de Macaúba, Bahia – 24 de junho de 2001, São Paulo). O geógrafo e professor foi preso, durante o golpe de 1964, permaneceu no exílio por 13 anos. Depois de seu retorno ao Brasil, foi professor e pesquisador na UFRJ até 1983. Milton Santos recebeu 20 títulos Doutor Honoris Causa de universidades brasileiras e estrangeiras.

19. Releia este trecho inicial do texto dado: “De fato, se desejamos escapar à crença de que esse mundo assim apresentado é verdadeiro, e não queremos admitir a permanência de sua percepção enganosa, (...)”. Considerados os sentidos e elementos textuais e contextuais informados pelo trecho, pode-se afirmar que a sequência em destaque expressa um conteúdo de:

- A) causa.
- B) finalidade.
- C) proporção.
- D) concessão.
- E) condição.

TEXTO 10 - O PAÍS DA CASA GRANDE



Fragmento da gravura “Engenho de Itamaracá” - Frans Post

“Desde a transição democrática de meados dos anos 80, o povo brasileiro contempla, entre perplexo e cada vez mais desencantado, o espetáculo da mudança sem esperança ou, como dizia um crítico de Adorno, ‘a realização das esperanças do passado’. Assim os senhores da terra concebem o progresso. As eleições diretas sucumbiram diante do Colégio Eleitoral. A nau de Ulysses encalhou nas praias do transformismo e os naufragos do regime militar saltaram alegremente para bordo. Na eleição de 1989, o Caçador de Marajás saiu do quase anonimato para ser promovido como mercadoria nova, produzida nas retortas dos marqueteiros e exposta nas vitrines da mídia de resultados, sob os aplausos e a chuva de grana despejada pelo patriciado nativo.

Em 2017, os senhores da Casa-grande e seus fâmulos<sup>1</sup> apostam na reconstrução das esperanças do passado: acenam com candidaturas habilitadas a empurrar, outra vez, o País para a modernidade dos marqueteiros. Nesse barco navegam os cosmopolitas da finança e dos negócios, uma fração majoritária das classes médias – ilustrada, semi-ilustrada e desilustrada –, as velhas oligarquias regionais e a cambada da tripa-forra<sup>2</sup> que quer sempre se locupletar<sup>3</sup> sem esforço. (...)”

Fragmento do artigo O PAÍS DA CASA GRANDE, por Luiz Gonzaga Beluzzo, Carta Capital, 16 de agosto de 2017.

- 1 criados, empregado, indivíduo subserviente.
- 2 comer à vontade, grande quantidade ou abundância, fartamente, até não poder mais.
- 3 enriquecer, encher(-se), abarrotar(-se).

20. Sobre a frase “entre perplexo e cada vez mais desencantado”, usada no início do primeiro parágrafo, é correto afirmar que:

- A) refere-se à expressão “meados dos anos 80”; tem valor adjetivo; poderia não estar isolada entre vírgulas; indica circunstância de modo.
- B) refere-se à expressão “o povo brasileiro”; tem valor adverbial; por essa razão aparece entre vírgulas; indica circunstância de modo.
- C) refere-se à expressão “o povo brasileiro”; tem valor adjetivo; por essa razão aparece entre vírgulas; indica circunstância de tempo.
- D) refere-se à expressão “o espetáculo da mudança sem esperança”; tem valor substantivo; por essa razão aparece entre vírgulas; indica circunstância de dúvida.
- E) refere-se à expressão “o espetáculo da mudança sem esperança”; tem valor adverbial; poderia não estar isolada entre vírgulas; indica circunstância de intensidade.

## LEGISLAÇÃO

“Concurso público é o procedimento administrativo que tem por fim aferir as aptidões pessoais e selecionar os melhores candidatos ao provimento de cargos e funções públicas. Na aferição pessoal, o Estado verifica a capacidade intelectual, física e psíquica de interessados em ocupar funções públicas e no aspecto seletivo são escolhidos aqueles que ultrapassam barreiras opostas no procedimento, obedecida sempre a ordem de classificação. Cuida-se, na verdade, do mais idôneo meio de recrutamento de servidores públicos”.

(Filho, 2009, p. 595).

21. Acerca do concurso público, é correto afirmar que:

- A) durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, o candidato aprovado será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- B) terá validade de até 3 (três) anos, podendo ser prorrogada uma única vez, por igual período.
- C) terá validade de até 1 (um) ano, podendo ser prorrogada uma única vez, por igual período.
- D) será somente de provas e realizado em apenas uma etapa.
- E) será de provas ou de provas e títulos e realizado em apenas uma etapa.

22. Roberto, servidor público federal, investido no cargo de Contador da UFRJ há sete anos, revelou segredo do qual se apropriou em razão do cargo. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, mediante processo administrativo disciplinar, a pena a ser aplicada a Roberto pelo fato de ter revelado tal segredo é:

- A) advertência.
- B) suspensão por 30 (trinta) dias.
- C) demissão.
- D) suspensão por 90 (noventa) dias.
- E) suspensão por 15 (quinze) dias.

23. Mariana, servidora pública federal, investida no cargo de Médica no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho/UFRJ, tem intenção de usufruir de licença para tratamento de saúde. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, sobre tal licença, é correto afirmar que:

- A) será concedida somente a pedido, com base em perícia médica, com prejuízo da remuneração a que fizer jus.
- B) será concedida a pedido ou de ofício, com base em perícia médica, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus.
- C) será concedida a pedido ou de ofício, com base em perícia médica, com prejuízo da remuneração a que fizer jus.
- D) a licença para tratamento de saúde por 30 (trinta) dias poderá ser dispensada de perícia oficial, em qualquer hipótese.
- E) a licença para tratamento de saúde por 60 (sessenta) dias poderá ser dispensada de perícia oficial, em qualquer hipótese.

24. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, são deveres do servidor público:

- A) cumprir as ordens superiores, ainda que manifestamente ilegais.
- B) recusar fé a documentos públicos.
- C) promover manifestação de apreço no recinto da repartição.

- D) representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.
- E) aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical.

25. A Lei nº 8.666/1993 estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O princípio da obrigatoriedade da licitação impõe que os servidores públicos realizem o procedimento antes de contratarem obras e serviços. No entanto, a lei apresenta algumas hipóteses em que a licitação é dispensável.

Nos termos da Lei nº 8.666/1993, assinale a alternativa que apresenta corretamente um caso que dispensa a licitação.

- A) Na contratação de instituição estrangeira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ainda que tenha fins lucrativos.
- B) Para aquisição de bens ou serviços nos termos de acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional, ainda que as condições ofertadas não sejam vantajosas para o Poder Público.
- C) Para aquisição de componente ou de peças de origem estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, ainda que tal condição de exclusividade seja dispensável para a vigência da garantia.
- D) Na contratação de associação de portadores de deficiência física, ainda que com fins lucrativos.
- E) Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.

26. “Um princípio mencionado na Constituição é o da publicidade. Indica que os atos da Administração devem merecer a mais ampla divulgação possível entre os administrados, e isso porque constitui fundamento de o princípio propiciar-lhes a possibilidade de controlar a legitimidade da conduta dos agentes administrativos. Só com a transparência dessa conduta é que poderão os indivíduos aquilatar a legalidade ou não dos atos e o grau de eficiência de que se revestem.”

(Filho, 2009, p. 24).

Acerca do princípio da publicidade, é correto afirmar que:

- A) a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.
- B) a lei não pode, em hipótese alguma, restringir a publicidade dos atos processuais.
- C) são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas; no entanto, não será assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- D) é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, sob qualquer hipótese.
- E) todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de interesse coletivo ou geral, não sendo possível receber informações de interesse particular.



27. A Lei nº 12.527/2011 dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto na Constituição Federal de 1988. Sobre os procedimentos no tratamento das informações pessoais, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem, assinale a afirmativa correta.
- A) Poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros somente com o consentimento expresso da pessoa a que elas se referem.
  - B) Não poderão, sob qualquer hipótese, ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros.
  - C) Poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referem.
  - D) Terão seu acesso restrito, de acordo com a classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 10 (dez) anos.
  - E) Terão seu acesso restrito, de acordo com a classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 50 (cinquenta) anos.
28. “Além dos princípios expressos, a Administração Pública ainda se orienta por outras diretrizes que também se incluem em sua principiologia, e que por isso são da mesma relevância que aqueles. São princípios implícitos, mas reconhecidos, o que revela sua aceitação geral como regras de como proceder da Administração.”
- (Filho, 2009, p. 30).
- Um exemplo de princípio implícito e reconhecido é o da autotutela, pelo qual a Administração Pública controla os seus próprios atos. Sobre o princípio da autotutela, pode-se afirmar que:
- A) a Administração pode revogar os seus próprios atos, quando eivados de vícios de legalidade; ou anulá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
  - B) a Administração não pode anular os seus próprios atos, tendo em vista que os atos ilegais da Administração só podem ser anulados pelo Poder Judiciário.
  - C) a Administração pode anular os seus próprios atos, quando eivados de vícios de legalidade; ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
  - D) os atos que apresentarem defeitos sanáveis não poderão ser convalidados pela própria Administração, ainda que se evidencie que tais atos acarretarão lesão ao interesse público e prejuízo a terceiros.
  - E) considera-se exercício do direito de convalidar o ato administrativo qualquer medida que importe impugnação à validade do ato.
29. Carolina, investida no cargo de Assistente em Administração da UFRJ, respondeu a processo administrativo disciplinar, cuja conclusão foi a demissão da servidora. Inconformada, recorreu ao Judiciário e obteve sentença favorável, ou seja, sua demissão foi invalidada por decisão judicial e Carolina foi reinvestida no cargo anteriormente ocupado. Sobre a reinvestidura de Carolina, é correto afirmar que ela será reintegrada, e:
- A) na hipótese de o cargo ter sido extinto, será demitida novamente.
  - B) na hipótese de o cargo ter sido extinto, será promovida.
  - C) encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será demitido.
  - D) encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será promovido.
  - E) na hipótese de o cargo ter sido extinto, ficará em disponibilidade até o seu aproveitamento em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.
30. A UFRJ, Instituição de ensino, pesquisa e extensão, é estruturada na forma de autarquia especial e integrante da Administração Pública Direta. Sobre o conceito de autarquia, é correto afirmar que:
- A) é criada por lei, sob a forma de pessoa jurídica de direito público, com patrimônio e receita próprios, para desempenhar funções que, despidas de caráter econômico, sejam próprias e típicas do Estado.
  - B) é criada por lei, sob qualquer forma jurídica adequada a sua natureza, para que o Governo exerça atividades gerais de caráter econômico.
  - C) é criada por lei, sob a forma de sociedades anônimas, tendo por objetivo, como regra, a exploração de atividades gerais de caráter econômico e, em algumas ocasiões, a prestação de serviços públicos.
  - D) é criada por lei, sob a forma de pessoa jurídica de direito privado, sem patrimônio e receita próprios, para desempenhar funções de caráter exclusivamente econômico.
  - E) é criada por lei, sob a forma de pessoa jurídica de direito público, com patrimônio e receita próprios, para desempenhar funções de caráter exclusivamente econômico.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Novas regras ortográficas passaram a ser obrigatórias no Brasil em 1º de janeiro de 2016. Assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990 pela Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) - Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa foi ratificado no País em 2008 pelo Decreto nº 6.583, e visa a padronizar a ortografia da língua portuguesa; entretanto, vários brasileiros ainda têm dúvidas sobre esse processo. Em relação ao alfabeto do português utilizado no Brasil, pode-se afirmar que:
- A) o alfabeto oficial brasileiro não sofreu nenhuma alteração com a entrada em vigor do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa e continua hoje com 23 letras.
  - B) são 25 os caracteres que constituem o alfabeto atualmente. A principal mudança ocorrida foi a volta das letras K e Y, porque o acordo entende que é um contrassenso haver nomes próprios e abreviaturas com letras que não estavam no alfabeto oficial (caso de Kátia e km).
  - C) o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa determina que o alfabeto deixará de ter 26 letras. Deste modo, as letras K, W e Y serão utilizadas apenas em casos especiais, como em nomes próprios e em algumas abreviaturas.
  - D) antes do novo Acordo, havia 23 letras no alfabeto; agora, foram acrescentadas as letras K, W e Y.

- E) com a inclusão da nova norma de ortografia, as letras K, W e Y não poderão ser usadas em antropônimos/antropônimos originários de outras línguas e em topônimos/topônimos originários de outras línguas e seus derivados.
- 32.** Considere o seguinte texto: “Fica instituído o Comitê de Acompanhamento e Avaliação das Reservas de Vagas nas Instituições Federais de Educação Superior e de Ensino Técnico de Nível Médio, para acompanhar e avaliar o cumprimento do disposto no Decreto”.
- Dentre as alternativas a seguir, assinale a que contém a palavra do texto apresentado que, por estar grafada incorretamente, deixa a frase sem sentido.
- A) comitê.  
B) instituído.  
C) disposto.  
D) fica.  
E) cumprimento.
- 33.** Leia o texto a seguir, adaptado da página eletrônica da Câmara dos Deputados (2016): “A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara aprovou o Projeto de Lei nº 4318/16, da deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP), que \_\_\_\_\_ as \_\_\_\_\_ de cobrar valores superiores do deficiente auditivo pelo processo de \_\_\_\_\_ da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). O projeto insere um \_\_\_\_\_ na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (nº 13.146/15), que hoje já assegura ao candidato com deficiência auditiva a possibilidade de requerer serviços de intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras), para acompanhamento em aulas práticas e teóricas.”
- Segundo os padrões da Norma Culta da Língua Portuguesa, as lacunas do texto devem ser preenchidas, respectivamente, com:
- A) proíbe - autoescolas - obtenção - dispositivo  
B) proibem - auto-escolas - obitenção - despositivo  
C) proíbe - autos-escolas - obter - despositivos  
D) proibem - autos-escolas - obtenção - dispositivos  
E) proibiu - autosescolas - obtenção - dispositivo
- 34.** Foi realizada de 13 a 15 de junho de 2017, na sede da Organização das Nações Unidas, em Nova York, a 10ª Conferência dos Estados Partes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (COSP-CDPD). Um dos principais temas do evento foi a múltipla discriminação sofrida por mulheres e garotas com deficiência e a promoção de sua participação por meio de parcerias multissetoriais para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o cumprimento da CDPD. Nesse sentido, assinale a alternativa que se refere ao artigo da Convenção, em vigor no Brasil atualmente, que trata especialmente sobre o tema Mulheres com deficiência.
- A) Segundo o Artigo 8º, os Estados Partes da CDPD se comprometem a adotar medidas imediatas, efetivas e apropriadas para conscientizar toda a sociedade, inclusive as famílias, sobre as condições das mulheres com deficiência e fomentar o respeito pelos seus direitos e pela sua dignidade.
- B) De acordo com o Artigo 16 da CDPD, os Estados Partes adotarão leis e políticas efetivas, inclusive legislação e políticas voltadas para mulheres e crianças, a fim de assegurar que os casos de exploração, violência e abuso contra pessoas com deficiência sejam identificados, investigados e, caso necessário, levados à justiça.
- C) Segundo a redação do Artigo 6º, os Estados Partes da CDPD reconhecem que as mulheres e meninas com deficiência estão sujeitas a múltiplas formas de discriminação e, portanto, tomarão medidas para assegurar às mulheres e meninas com deficiência o pleno e igual exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.
- D) Trata-se do Artigo 3º, que aborda a igualdade entre o homem e a mulher. Segundo o texto original da Convenção, apesar de haver um princípio de não discriminação, é interessante explicitar a necessidade de igualdade de gêneros, uma vez que, na área das deficiências, a condição feminina torna a mulher com deficiência particularmente vulnerável e em condições de desvantagem social, havendo uma sobre-marginalização.
- E) Trata-se do Artigo 5º, que proíbe qualquer discriminação baseada na deficiência e garante, às mulheres com deficiência, igual e efetiva proteção legal contra a discriminação por qualquer motivo.
- 35.** Conforme notícia publicada no Jornal Estado de São Paulo em 06/09/2017, o menino João Pedro, de 9 anos, que se locomove em uma cadeira de rodas, foi deixado no corredor da Escola Municipal Monsenhor João Rodrigues de Oliveira, em Belo Horizonte (MG), das 7h às 11h20, no dia 29/08/2017, enquanto o restante da turma foi levado ao cinema. Episódios assim são recorrentes na vida do garoto, que está no terceiro ano do ensino fundamental, tem paralisia cerebral, deficiência cognitiva e física. Segundo a mãe, Adriane Cruz, essa não teria sido a primeira vez que seu filho é excluído de uma atividade, embora a escola seja considerada “inclusiva”. João Pedro, assim como milhões de brasileiros com deficiência, tem direitos garantidos em legislações municipais, estaduais e federais. O que aconteceu com ele:
- A) teria sido um ato de discriminação, ou injuricidade, pelo qual a escola está isenta de qualquer culpa no acontecimento.  
B) foi apenas um mal-entendido, sem maiores consequências para a vida escolar do aluno, que não deve se sentir excluído do contexto escolar.  
C) foi um equívoco, ou seja, um julgamento errado da imprensa acerca da situação ocorrida, que não foi bem interpretada ou analisada.  
D) representa a postura adotada pelo estabelecimento de ensino, com o objetivo de preservar o estudante com deficiência de situações constrangedoras durante o passeio.  
E) foi um crime de discriminação, previsto no campo jurídico em várias instâncias: a Constituição Federal de 1988, a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão.

- 36.** A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) - Lei nº 13.146, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, foi sancionada pela Presidente da República Dilma Rousseff no dia 06/07/2015 e está em vigor desde 02/01/2016. Sobre o conteúdo geral da LBI, pode-se afirmar que:
- A) não prevê penas para o descumprimento de seus mandamentos.
  - B) é facultativa a adoção de práticas pedagógicas inclusivas.
  - C) a cobrança de taxas extras para alunos com deficiência é uma livre negociação entre a escola e a família.
  - D) garante, entre outros direitos, proteção na saúde, educação, mobilidade, e acesso à tecnologia assistiva às pessoas com deficiência.
  - E) os estabelecimentos de ensino não são obrigados a manter, em seu quadro de funcionários, profissionais de apoio escolar.
- 37.** Segundo o artigo 3º, inciso IX, da Lei Brasileira de Inclusão - LBI, é considerada pessoa com mobilidade reduzida “aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção”. Nessa categoria, estão incluídos(as):
- A) hemiparéticos, hemiplégicos, amputados, paralisados cerebrais e diabéticos.
  - B) idosos, gestantes, lactantes, pessoas com criança de colo e obesos.
  - C) pessoas com nanismo, indivíduos que possuem membros com deformidade congênita ou adquirida e amputados.
  - D) pessoas com monoplegia, monoparesia, ostmia, deformidade estética e usuários de próteses.
  - E) pessoas com tetraparesia, osteoartrite, autismo e aquelas diagnosticadas com Síndrome de Turner.
- 38.** A crônica bem-humorada “Portadores de quê, menino?”, publicada na Folha de São Paulo, em 14/09/2010, traz reflexões do jornalista Jairo Marques sobre o cotidiano das pessoas que, ainda hoje, em pleno século XXI, são rotuladas única e exclusivamente por conta de suas deficiências. Assinale, a seguir, a única frase que utiliza a terminologia correta quanto às pessoas com deficiência.
- A) Deficientes físicos são todas as pessoas que têm deficiência de qualquer tipo.
  - B) Pessoas com deficiência visual são categorizadas em dois grupos: cegas e pessoas com baixa visão.
  - C) Dagmar tem uma filha excepcional.
  - D) Em minha sala tem uma pessoa surda-muda.
  - E) Jefferson é aquele ator ceguinho que faz um programa de televisão.
- 39.** A acessibilidade tem sido associada ao compromisso de melhorar a qualidade de vida de pessoas idosas e de pessoas com deficiência, mas também está relacionada com a qualidade de vida de todas as pessoas. Nesse sentido, assinale a alternativa que apresenta a definição de acessibilidade, segundo a NBR 9050 de 2015, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- A) A acessibilidade é definida através das seguintes dimensões: arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), informacional (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), instrumental (sem barreiras em instrumentos, ferramentas, utensílios etc.) e legislativa (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.).
  - B) Circunstâncias para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.
  - C) É uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana. Se a acessibilidade for (ou tiver sido) projetada adequadamente, ela beneficia todas as pessoas, tenham ou não algum tipo de deficiência.
  - D) Condição que melhora a qualidade de vida das pessoas e que deve estar presente, independentemente das condições físicas, nos meios físicos, técnicos ou dispositivos utilizados.
  - E) Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.
- 40.** O termo “usabilidade” foi criado no início da década de 1980 e ganhou espaço na área de Tecnologia da Informação e Interação Homem-Computador. Está relacionado à facilidade de uso de um produto. Segundo a Cartilha de Usabilidade do Programa de Governo Eletrônico do Governo Federal (2010), é correto afirmar que:
- A) refere-se à possibilidade de qualquer pessoa conseguir acessar um produto.
  - B) é a probabilidade de um indivíduo, independentemente de suas capacidades físico-motoras e perceptivas, culturais e sociais, usufruir os benefícios de uma vida em sociedade.
  - C) a usabilidade pode ser definida como o estudo ou a aplicação de técnicas que proporcionem a facilidade de uso de um dado objeto, no caso, um *site*. A usabilidade busca assegurar que qualquer pessoa consiga usar o *site* e que este funcione da forma esperada pela pessoa.
  - D) trata do acesso a locais, produtos, serviços ou informações efetivamente disponíveis ao maior número e variedade de pessoas, independentemente de suas capacidades.
  - E) são processos e técnicas usados para criar um *site*, que pode ser usado por pessoas que possuam alguma deficiência.

41. Segundo a LBI, em seu artigo 3º, inciso IV, barreira é qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa com deficiência, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros. A Lei Brasileira de Inclusão classifica os seguintes tipos de barreiras:
- urbanísticas; arquitetônicas; nos transportes; nas comunicações e na informação; atitudinais; tecnológicas.
  - física; de tecnologia assistiva; urbanismo; comunicacional; comportamental; aérea.
  - ambiental; psicossocial; de acesso ao lazer e à moradia.
  - de circulação; de atitude; sociocultural; nas edificações.
  - programáticas; de locomoção; de atitude; no mercado de trabalho; educativas.
42. “Quando o ambiente se torna acessível, pois adota os critérios e a filosofia do desenho universal, ele possibilita a inclusão e, conseqüentemente, as pessoas com deficiência podem ter vida independente e exercer a cidadania” (GIL. M, 2006). Assinale a opção que, de acordo com o artigo 2º da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, define o significado de Desenho Universal (DU).
- São espaços, objetos e produtos que podem ser utilizados por pessoas com diferentes capacidades, tornando os ambientes iguais para todos, permitindo que produtos comercializáveis possam ser usados por todos.
  - Pode-se entender como o uso igualitário e democrático dos espaços urbanos, para evitar que barreiras físicas venham a existir, impedindo a segregação social.
  - É uma tecnologia direcionada não apenas aos que dela necessitam; é desenhada para todas as pessoas. Deve ser atraente e ter um componente estético muito forte.
  - A ideia é evitar a necessidade de ambientes e produtos especiais para pessoas com deficiência, no sentido de assegurar que todos possam utilizar todos os componentes do ambiente e todos os produtos.
  - Significa a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico.
43. Ao comentar sobre a edição da Norma Brasileira 9050 da ABNT, publicada em setembro de 2015, Regina Cohen, professora da UFRJ e pós-doutora em Arquitetura, afirma no artigo intitulado “O que mudou com a nova Norma de Acessibilidade?” que o documento atende à nova realidade brasileira, e que o desafio a partir de agora é construir um país mais acessível, no seu sentido pleno (COHEN, 2015).
- Assinale, a seguir, a alternativa cujo texto condiz com o conteúdo atual da NBR 9050:2015.
- As ilustrações tornaram-se menos explicativas; foram retirados os símbolos e desenhos de pessoas obesas, idosas, mulheres grávidas ou com bebê no colo, e inseridas figuras de pessoas cegas com cão guia e pessoas com mobilidade reduzida.
  - O valor de referência no piso, ocupado por uma pessoa em cadeira de rodas, foi alterado para 0,80 m x 1,20 m, a fim de atender aos modernos modelos motorizados e às *scooters*.
  - Os sanitários foram otimizados, e a principal mudança ocorreu no espaço livre entre o vaso e a abertura da porta, que deve ser de, no mínimo, 0,40 m, para evitar que a abertura da porta seja impedida pela peça sanitária. As barras de apoio em frente à pia deixaram de ser item obrigatório.
  - A descrição de acessibilidade foi ampliada, passando a ser utilizada também ao se referir aos transportes, informação e comunicação, incluindo sistemas e tecnologias, na zona urbana ou rural.
  - Quando rotas acessíveis, rampas, terraços, caminhos elevados ou plataformas sem vedações laterais forem delimitados em um ou ambos os lados por superfície que se incline para baixo com desnível superior a 0,60 m, não há necessidade da instalação de proteção lateral ou guarda-corpo.
44. Ao se tratar de inclusão nas instituições de ensino em qualquer nível, modalidades ou etapas, públicas ou privadas, é necessário pensar em ambientes acessíveis e inclusivos. A acessibilidade deve ser garantida nas salas de aula, laboratórios, auditórios, bibliotecas, sala dos professores, secretarias, coordenação, áreas esportivas, refeitórios, banheiros, pátio, enfim, todo o ambiente escolar. Os recursos didático-pedagógicos que os alunos com deficiência visual precisam encontrar para garantir o seu acesso nas atividades escolares são:
- recursos eletrônicos de gravação, vocalizador, jogos e estratégias matemáticas que contribuam para a memorização através da revisão e síntese.
  - acesso à Língua Brasileira de Sinais (Libras), a dispositivos como adaptador bucal, *mouse* ocular e *softwares* para enriquecer o processo diferenciado de letramento de criança.
  - os tecnológicos, que possibilitem que pessoas com limitações visuais conquistem o passaporte de acesso ao mundo digital, como tecnologias adaptativas e o desenvolvimento de jogos que estimulem as capacidades e que comportem maior autonomia possível.
  - sinalização e comunicação no ambiente escolar; piso tátil de alerta junto a escadas e rampas; mobiliário, equipamentos e dispositivos de ajuda técnica (computadores com leitores de tela e ou ampliadores de tela, sistema braille de leitura e escrita).
  - alfabeto datilológico para o desenvolvimento da linguística, sistemas computadorizados de sinais (signofone), simuladores de *mouse*, sala de recursos, utilização de métodos terapêuticos de estimulação global, vídeos bilíngues e máscaras de teclado.

45. De acordo com o Portal de Ajudas Técnicas do MEC (BRASIL, 2006), assinale a alternativa que corresponda à expressão utilizada para designar um conjunto de procedimentos técnicos e metodológicos direcionado a pessoas acometidas por alguma doença, deficiência ou alguma outra situação momentânea que impeça a comunicação com as demais pessoas por meio dos recursos usualmente utilizados, mais especificamente a fala.
- A) Comunicação Alternativa.
  - B) Tecnologia Assistiva.
  - C) Material Didático-Acessível.
  - D) Sintetizador de Voz.
  - E) Tadoma.
46. A mediação escolar tornou-se uma realidade a partir da Declaração de Salamanca, em 1994, da qual o Brasil foi signatário. Desde então, passou a ser necessária a presença de um profissional na sala de aula para auxiliar o professor regente. Nesse contexto, é correto afirmar, segundo Mousinho (2010), que o mediador tem a função de:
- A) trabalhar no atendimento educacional especializado; identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias, considerando as necessidades específicas dos alunos com deficiência intelectual.
  - B) acompanhar e avaliar o processo de desenvolvimento psicomotor e comportamental dos usuários, ajudar em atividades como servir a alimentação; trocar fraldas; auxiliar a se vestir, calçar e pentear.
  - C) atuar como intermediário nas questões sociais e de comportamento, na comunicação e linguagem, nas atividades e/ou brincadeiras escolares, nas atividades pedagógicas e nas limitações motoras ou da leitura.
  - D) exercer atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atuar em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessário, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas.
  - E) assistir ou prestar cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.
47. Com base nos estudos de Mattoso (2012), a audiodescrição aplicada a imagens estáticas referentes a obras de artes visuais bidimensionais se estabelece em um processo de mediação que envolve, em tríade, o criador da imagem (o artista), o audiodescritor e o usuário com deficiência visual. Considerando-se os elementos básicos da comunicação (BRASIL, 2006), no processo comunicacional supracitado, a imagem audiodescrita, como um documento no seu sentido mais amplo e como representação da informação, é:
- A) o canal.
  - B) a emissora.
  - C) a receptora.
  - D) o código.
  - E) a mensagem.
48. De acordo com Tefko Saracevic, relevância é uma “medida da efetividade do contato entre uma fonte e seu destinatário num processo de comunicação(...)” e é também “a medida das mudanças no receptor e traduz ainda a utilidade da informação, a sua expansão” (SARACEVIC, 1975, *apud* MATTOSO, 2012). A norma ABNT/NBR 15.599:2008 dá conta da comunicação na prestação de serviços e destaca que “sem comunicação não há prestação de serviços. Assim como ocorre na comunicação, também a prestação de serviços envolve pelo menos um prestador ou emissor e outro, usuário ou receptor”. Considerando-se os elementos básicos da comunicação (BRASIL, 2006) e sendo o usuário/receptor uma pessoa cega ou com baixa visão, de acordo com Tavares (2013), os recursos de Tecnologia Assistiva que podem favorecer-lhe o acesso à informação são:
- A) Libras, *Closed Caption*, legendagem e Tadoma.
  - B) audiodescrição, aparelhos de transmissão e recepção, braile e cão-guia.
  - C) audiodescrição, aparelhos celulares, aparelhos de transmissão e recepção e braile.
  - D) sistemas sintetizadores de voz, Libras, legendagem e *Closed Caption*.
  - E) Libras tátil, audiodescrição, aparelhos celulares e fones de ouvido.
49. O Artigo 2º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2008; BRASIL, 2009) estabelece uma série de definições, entre as quais a de Comunicação. Neste sentido, de acordo com Sasaki (2010) e com Carvalho (2013), para favorecer a acessibilidade e a usabilidade em mídias digitais, de modo que a mensagem possa ser compreendida por todos, a produção de conteúdos acessíveis e acessíveis (FERNANDES, 2002; MATTOSO, 2012; SILVA, 2014; NASCIMENTO, 2013) deve obedecer aos seguintes parâmetros, **EXCETO**:
- A) elaborar documentos com formato que possibilite a pessoas com deficiência visual perceber a informação na tela do computador utilizando-se de ampliadores e leitores de tela e sintetizadores de voz.
  - B) eleger letras sem serifa e que sejam utilizadas em tamanho grande (acima de 12 *pixels*), com espaçamento adequado entre as letras e entre as linhas.
  - C) estabelecer acesso fácil a aeroportos, terminais rodoviários, espaços urbanos, hotéis e similares, transporte coletivo, locais de eventos etc.
  - D) estabelecer contraste entre o fundo da tela, as letras e os *links*.
  - E) alinhar o texto à esquerda, pois textos justificados apresentam espaços irregulares entre as palavras, dificultando a leitura para pessoas com baixa visão.

50. Na matéria intitulada “Um difícil caminho”, publicada em 2014 pela Revista Educação, o consultor Romeu Kazumi Sassaki destacou que “para ser inclusiva, a instituição de ensino superior deve garantir acessibilidade total aos alunos, desde a inscrição e realização do processo seletivo até a frequência às aulas”. No mesmo documento, às dimensões de acesso que já havia estabelecido, Sassaki associou mais uma, totalizando sete, aqui dispostas em ordem alfabética: arquitetônica/física, atitudinal, comunicacional, instrumental, metodológica, natural e programática. A mais recente dimensão estabelecida por Sassaki foi a:
- arquitetônica.
  - natural.
  - comunicacional.
  - atitudinal.
  - instrumental.
51. No livro “Notas Proêmias: Acessibilidade Comunicacional para Produções Culturais”, organizado por Liliana Barroso Tavares em 2013, o consultor Romeu Kazumi Sassaki contribuiu com um artigo que norteia o leitor quanto à acessibilidade total na cultura e no lazer (SASSAKI, 2013). Entre os exemplos de acessibilidade total, Sassaki destaca um deles como “dimensão comunicacional no lazer e na cultura”. Dentre as alternativas a seguir, assinale a que se refere a este exemplo designado por ele.
- Substituição da forma tradicional (que não leva em consideração as necessidades especiais de certas pessoas), a fim de que gestores de serviços de lazer e cultura estabeleçam novas propostas e acordos com seus usuários que têm deficiência.
  - Eliminação das barreiras invisíveis existentes nos decretos, leis, regulamentos, normas, políticas públicas e outras peças escritas; barreiras que se apresentam implicitamente, mas que na prática impedem ou dificultam a utilização dos serviços de lazer e de cultura por certas pessoas.
  - Educação da sociedade como um todo e, especialmente, dos profissionais com poder de decisão, mas ainda preconceituosos a respeito de pessoas com deficiência, e que por isso deixam de abrir oportunidades de lazer e cultura para esse segmento populacional.
  - Adequação das sinalizações de locais (em atenção às pessoas cegas e às pessoas com baixa visão) e contratação de intérpretes da língua de sinais, a fim de auxiliarem os trabalhadores em serviços e locais de lazer e cultura.
  - Adequação nos aparelhos, equipamentos, ferramentas e outros dispositivos que fazem parte dos locais de lazer e cultura. Tradicionalmente, agentes do lazer e da cultura ignoram as limitações físicas, visuais, auditivas e psicossociais.
52. Conforme esclarece Fabiana Tavares (2013), a acessibilidade atitudinal vem sendo objeto de estudo do Prof. Francisco José de Lima, coordenador do Centro de Estudos Inclusivos da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Desde 2000, ele socializa suas reflexões sobre o tema, destacando e explicando de que modo as barreiras atitudinais, fortalecidas ao longo da história, ainda que nem sempre sejam intencionais, têm denegado à pessoa com deficiência a efetivação do direito equitativo à educação, ao lazer, à cultura etc. Junto com Lima, em artigo publicado em 2007 e, mais tarde, em 2012, em dissertação de mestrado, Tavares contribuiu para conceituar mais de 15 barreiras atitudinais que devem ser evitadas, à **EXCEÇÃO** de:
- priorizar a deficiência antes da condição humana.
  - usar rótulos depreciativos ao referir-se às pessoas em função da deficiência.
  - fazer juízo antecipado e sem fundamento de que a pessoa com deficiência é incapaz.
  - proteger desproporcionalmente a pessoa com deficiência, impossibilitando-lhe o empoderamento e a autonomia.
  - respeitar as pessoas em sua condição humana, independente de deficiências.
53. Considerando-se os recursos de Tecnologia Assistiva, assinale as adaptações razoáveis que podem ser adotadas para favorecer, às pessoas com deficiência auditiva, o acesso a um filme lançado sem acessibilidade comunicacional.
- Janela de Libras e legenda.
  - Janela de Libras e audiodescrição.
  - Audiodescrição e Libras Tátil.
  - Libras Tátil e legenda.
  - Legenda e Estenotipia.
54. De acordo com Sassaki (2007), as práticas sociais relacionadas às pessoas com deficiência evoluíram a partir de movimentos político-sociais ocorridos em diversos cantos do planeta. Nas eras da inclusão e da integração, respectivamente, quanto a aqueles movimentos, assinale a única opção **INCORRETA**.
- A Liga dos Deficientes Físicos de Nova York (1935) e os “Os Tetra Rolantes” de Berkeley (1962).
  - A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007) e a Sociedade Nacional “Easter Seals” (1950-1960).
  - A Declaração de Maastricht (1993) e o Movimento de Direitos Civis (1954-1980).
  - A Declaração de Vancouver (1992) e a criação do Centro de Valorização da Vida – CVI (1972).
  - A Carta para o Terceiro Milênio (1999) e o Apartheid na África do Sul (1976).
55. De acordo com o último Censo do IBGE (2011), vivem atualmente no Brasil quase 10 milhões de pessoas surdas ou ensurdecidas. No dia 13 de junho de 2017 foi lançada, no Rio de Janeiro, a mais recente inovação em termos de equipamentos para favorecer a acessibilidade comunicacional de pessoas com deficiência auditiva. Desenvolvido por Manuel Cardoso, Doutor em Ciências, Engenharia Industrial e Automação pela UFRJ e professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), o recurso recebeu o nome de:
- ProDeaf.
  - Xulia.
  - WebLibras.
  - Giulia.
  - Teclado Amigo.

56. Radabaugh (1993) reconhece a relevância da tecnologia para pessoas com deficiência ao afirmar que: “Para as pessoas sem deficiência, a tecnologia torna as coisas mais fáceis. Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis”. As universidades brasileiras vêm investindo em pesquisa e inovação na área da Tecnologia Assistiva, objetivando a promoção da acessibilidade para pessoas com diversos tipos de deficiência. Na área da acessibilidade comunicacional, os recursos de Tecnologia Assistiva que pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal da Paraíba desenvolveram para pessoas cegas e para pessoas surdas, respectivamente, foram:
- IMAGOANAVOX e MOTRIX.
  - MICROPHENIX e COMUNIQUE.
  - DOSVOX e TOOLKIT TUPI.
  - VLIBRAS e TECLADO AMIGO.
  - DOSVOX e VLIBRAS.
57. No ano de 2001, William Rowland, um dos mais notáveis ativistas com deficiência da contemporaneidade escreveu, segundo Sassaki (2007), o “monumental artigo” denominado “*Nothing About Us Without Us: Some Historical Reflections on the Disability Movement in South Africa*” (Nada Sobre Nós Sem Nós: Algumas Reflexões Históricas sobre o Movimento da Deficiência na África do Sul). Neste artigo, publicado no *site Disability World*, Rowland descreve não somente a longa trajetória de lutas e humilhações, como também as conquistas e os avanços da organização não governamental “Pessoas com Deficiência na África do Sul” (*Disabled People South Africa – DPSA*) que, imediatamente após fundada, adotou o lema “Nada sobre nós sem nós”, em reconhecimento da necessidade de as próprias pessoas com deficiência promoverem diretamente os direitos humanos e o desenvolvimento de todos os sul-africanos com deficiência. Este é, portanto, o marco mais antigo em que foi registrado o lema “Nada sobre nós sem nós”, fato que ocorreu no ano de:
- 1935
  - 1986
  - 1898
  - 1976
  - 1954
58. A Lei nº 13.409 de 2016 alterou a Lei nº 12.711 de 2012 para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. A implementação da reserva de vagas observará o disposto na Portaria Normativa nº 9 do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União em 05 de maio de 2017. De acordo com o Artigo 8º B da referida Portaria Normativa, “a apuração e comprovação da deficiência tomarão por base laudo médico atestando a espécie e o grau de deficiência”, com base:
- nos termos da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 6.949 de 2009.
  - nos termos da Lei nº 10.098 de 2000 (Lei da Acessibilidade), promulgada pelo Decreto nº 5.296 de 2004.
  - nos termos do Art. 4º do Decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1999.
  - nos termos da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).
  - nos termos das Normas NBR 9050, NBR 15599 e NBR 15290 da Associação Brasileira de Normas Técnicas.
59. Com o advento da globalização, o uso da internet associado às novas TICs (Tecnologias da Informação e da Comunicação) tornam os processos comunicativos muito mais rápidos, mais ágeis. De acordo com o *site InfoEscola*, “a língua não poderia ficar de fora desta dinâmica, já que é por meio dela que nos comunicamos”. Neste contexto, ganham força as abreviaturas que, de acordo com o Dicionário Aurélio, são o “modo de escrever uma palavra com menos letras que as requeridas pelos sons e articulações que tem” e que, complementado pelo Dicionário *Online* de Português, podem ser compreendidas como “a representação de uma palavra por meio de uma ou algumas das suas letras”. É possível considerar, portanto, que, em um processo de comunicação, as abreviaturas são elementos fundamentais para agilizar o fluxo de informações.
- O item 4 da NBR 15.599 da ABNT destaca as abreviaturas estabelecidas na comunicação para prestação de serviços. São 14 no total, apresentadas em ordem alfabética: CAS, CC, CD-ROM, DVD, FAX, IP, K-7, LIBRAS, OCR, SAP, SISO, TPS, TS (ou TDD) e TV (ABNT, 2008). Destas, pelo menos 50% referem-se, exclusivamente, às pessoas com deficiência:
- visual.
  - motora.
  - auditiva.
  - intelectual.
  - física.
60. A Norma NBR 15.290 da ABNT estabelece “diretrizes gerais a serem observadas para acessibilidade em comunicação na televisão, consideradas as diversas condições de percepção e cognição, com ou sem a ajuda de sistema assistivo ou outro que complemente necessidades individuais”.
- O item 3 destaca 28 definições e abreviaturas, as quais aplicam-se para efeitos da Norma. Dentre as definições está “a legenda que aparece na tela de uma só vez, permanece por tempos determinados de exposição, normalmente em sincronia com o áudio, e em seguida desaparece ou é substituída por outra legenda e é utilizada no sistema de CC pré-gravada” (ABNT, 2005). Esta definição refere-se a:
- pop-on.
  - roll-up.
  - legenda aberta.
  - legenda oculta.
  - janela de Libras.



UFRJ

---